

Boletim

2023

17 de outubro de
2023

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

2º Trimestre de 2023

Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Ana Cristina Secchi Correia

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Marcos Henrique Benício Araújo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional**Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 17 de outubro de 2023.

Sumário

1. Resultado do 2º Trimestre de 2023	5
1.1. Receita do Governo Geral.....	9
1.2. Despesa do Governo Geral	11
2. Notas Metodológicas	15

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023.....	6
Tabela 2 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2022/2023.....	6
Tabela 3 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023.....	7
Tabela 4 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023.....	9
Tabela 5 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 2022/2023.....	9
Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023.....	11
Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 2022/2023.....	11
Gráfico 1 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - 2022/2023.....	7
Gráfico 2 - Receita e despesa do Governo Geral - 2022/2023.....	8
Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo - 2022/2023.....	10
Gráfico 4 - Composição da receita do Governo Geral - 2022/2023.....	10
Gráfico 5 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2022/2023.....	12
Gráfico 6 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2022/2023.....	12
Gráfico 7 - Composição do gasto do Governo Geral - 2022/2023.....	13
Gráfico 8 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2022/2023.....	13
Gráfico 9 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Geral – 2º Trimestre de 2023	14

1. Resultado do 2º Trimestre de 2023

No 2º Trimestre de 2023, a necessidade líquida de financiamento¹ do Governo Geral chegou a 8,3% do PIB, ante 4,1% do PIB no mesmo período do ano anterior. Esse resultado se deve ao aumento nominal de 10,6% da despesa e de 0,8% da receita do Governo Geral em relação ao mesmo período de 2022.

A decomposição por esfera da necessidade de financiamento de 8,3% do PIB do Governo Geral indica que esse valor deriva da necessidade de financiamento do Governo Central (8,3% do PIB) e dos Governos Estaduais (0,4% do PIB), ao passo que os Governos Municipais apresentaram capacidade de financiamento (0,4% do PIB) no segundo trimestre de 2023.

Em termos de porcentagem do PIB, a receita diminuiu 2,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 43,9% para 41,3% do PIB no 2º Trimestre de 2023. Esse resultado foi impulsionado pela redução da arrecadação de impostos, que passou de 24,9% do PIB para 23,8% do PIB, e de outras receitas, que passou de 9,2% do PIB para 7,5% do PIB sendo que nesta última as diminuições mais significativas ocorreram em concessões e dividendos do Governo Central.

A despesa total do Governo Geral totalizou 49,6% do PIB no 2º Trimestre de 2023, o que representa um aumento de 1,5 p.p. do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 48,1% do PIB. Os gastos passaram de 47,9% do PIB no 2º trimestre de 2022 para 49,4% do PIB no mesmo trimestre de 2023, enquanto o investimento líquido passou de 0,12% do PIB para 0,11% do PIB, no mesmo período.

No que se refere aos gastos, destaque para o crescimento de 2,0 p.p. do PIB da despesa com benefícios previdenciários e assistenciais. Por outro lado, houve uma queda nos gastos com juros (-1,0 p.p. do PIB). O resultado do investimento líquido em ativos não financeiros, por sua vez, é explicado pelo aumento nominal da aquisição de ativos não financeiros (10,5%) e do consumo de capital fixo (6,2%).

¹ Nas Estatísticas de Finanças Públicas, há uma necessidade líquida de financiamento quando o resultado nominal é negativo. No caso de um resultado positivo, existe uma capacidade líquida de financiamento.

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	710.986	55.203	-11.225	754.964	335.362	280.114	-275.759	1.094.680
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>81.081</i>	<i>12.827</i>	<i>-11.225</i>	<i>82.683</i>	<i>5.742</i>	<i>12.177</i>	<i>-21.428</i>	<i>79.174</i>
2M. Despesa (2+31)	940.516	44.952	-11.225	974.242	345.194	269.997	-275.759	1.313.674
2. Gasto	948.177	44.952	-11.225	981.904	342.586	261.932	-275.759	1.310.662
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>11.409</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>11.409</i>	<i>15.075</i>	<i>14.769</i>	<i>0</i>	<i>41.254</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>207.560</i>	<i>8.619</i>	<i>-11.225</i>	<i>204.953</i>	<i>27.635</i>	<i>2.136</i>	<i>-21.428</i>	<i>213.296</i>
31. Investimento líquido	-7.662	0	0	-7.662	2.609	8.065	0	3.012
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-229.530	10.251	0	-219.279	-9.832	10.117	0	-218.994
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-103.051	6.043	0	-97.008	12.060	76	0	-84.872
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)</i>	<i>6.728</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>6.728</i>	<i>17.617</i>	<i>22.514</i>	<i>0</i>	<i>46.859</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-225.783</i>	<i>10.251</i>	<i>0</i>	<i>-215.531</i>	<i>7.852</i>	<i>32.951</i>	<i>0</i>	<i>-174.728</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-237.192</i>	<i>10.251</i>	<i>0</i>	<i>-226.940</i>	<i>-7.223</i>	<i>18.182</i>	<i>0</i>	<i>-215.982</i>

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP.

(2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2022/2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2022.II	2023.II	Diferença	Var. %
1. Receita	1.085.987	1.094.680	8.694	0,80%
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>82.347</i>	<i>79.174</i>	<i>-3.173</i>	<i>-3,85%</i>
2M. Despesa (2+31)	1.187.852	1.313.674	125.822	10,59%
2. Gasto	1.184.978	1.310.662	125.684	10,61%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>38.852</i>	<i>41.254</i>	<i>2.401</i>	<i>6,18%</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>222.733</i>	<i>213.296</i>	<i>-9.437</i>	<i>-4,24%</i>
31. Investimento líquido	2.874	3.012	137	4,78%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-101.866	-218.994	-117.128	114,98%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	38.520	-84.872	-123.392	-

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

Tabela 3 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	26,8%	2,1%	-0,4%	28,5%	12,6%	10,6%	-10,4%	41,3%
<i>d/q 1411. Juros</i>	3,1%	0,5%	-0,4%	3,1%	0,2%	0,5%	-0,8%	3,0%
2M. Despesa (2+31)	35,5%	1,7%	-0,4%	36,7%	13,0%	10,2%	-10,4%	49,6%
2. Gasto	35,8%	1,7%	-0,4%	37,0%	12,9%	9,9%	-10,4%	49,4%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	0,6%	0,6%	0,0%	1,6%
<i>d/q 24. Juros</i>	7,8%	0,3%	-0,4%	7,7%	1,0%	0,1%	-0,8%	8,0%
31. Investimento líquido	-0,3%	0,0%	0,0%	-0,3%	0,1%	0,3%	0,0%	0,1%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	-8,7%	0,4%	0,0%	-8,3%	-0,4%	0,4%	0,0%	-8,3%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-3,9%	0,2%	0,0%	-3,7%	0,5%	0,0%	0,0%	-3,2%
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)</i>	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	0,7%	0,8%	0,0%	1,8%
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	-8,5%	0,4%	0,0%	-8,1%	0,3%	1,2%	0,0%	-6,6%
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	-8,9%	0,4%	0,0%	-8,6%	-0,3%	0,7%	0,0%	-8,1%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP.

(2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 1 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

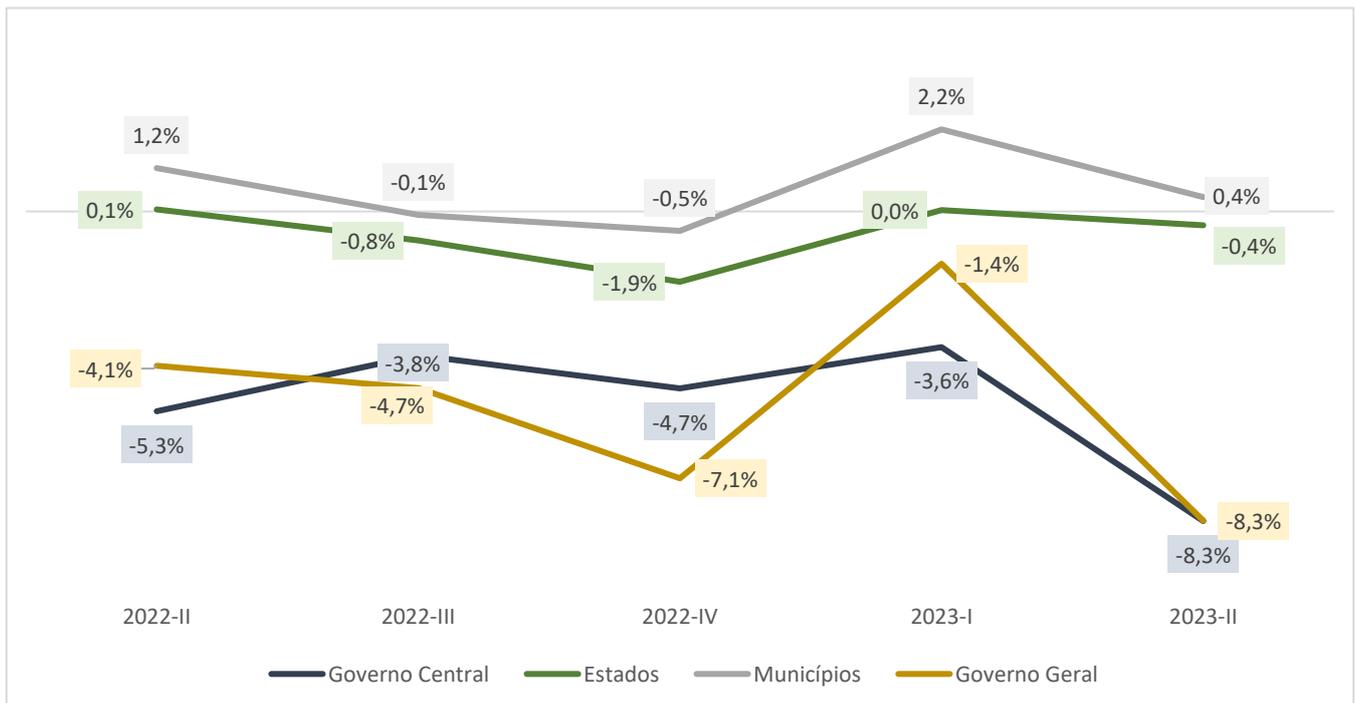
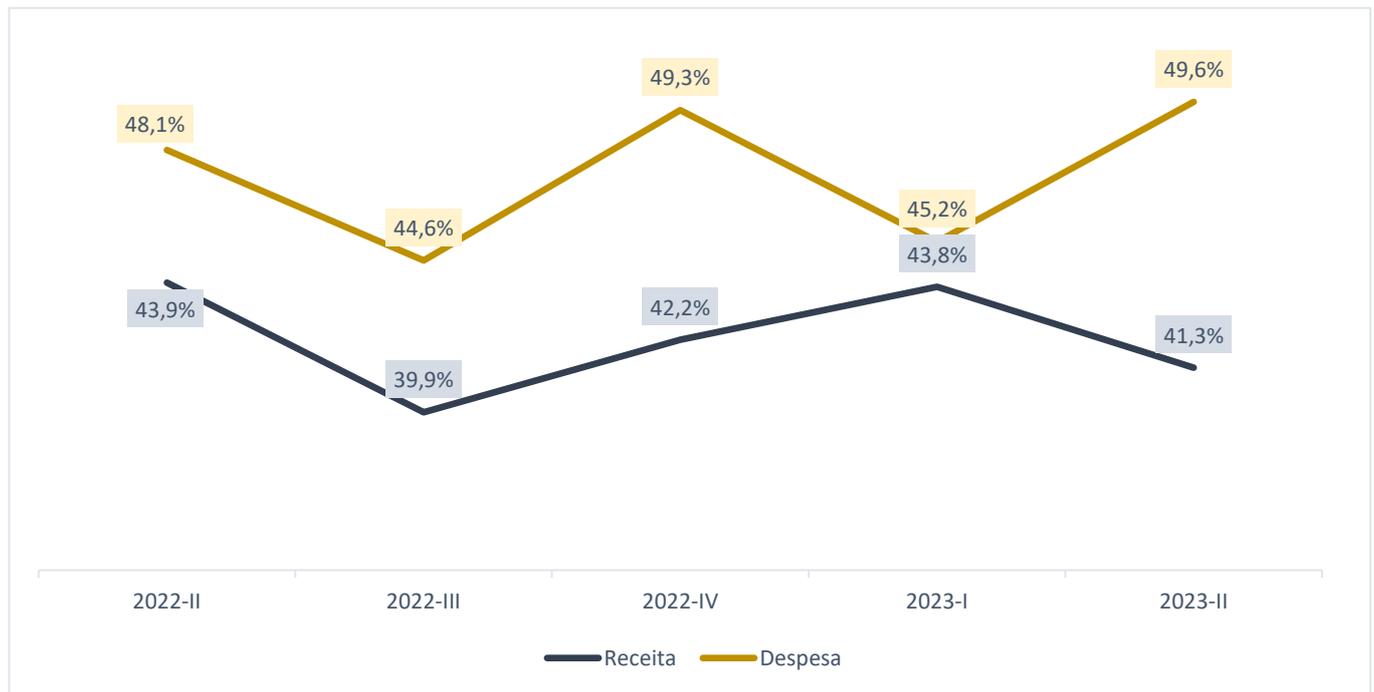


Gráfico 2 - Receita e despesa do Governo Geral - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.1. Receita do Governo Geral

Tabela 4 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	710.986	55.203	-11.225	754.964	335.362	280.114	-275.759	1.094.680
11. Impostos	370.736	0	0	370.736	203.653	55.352	0	629.741
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	228.100	0	0	228.100	0	0	0	228.100
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	7.903	0	0	7.903	0	0	0	7.903
113. Impostos sobre a propriedade	100	0	0	100	24.085	21.196	0	45.381
114. Impostos sobre bens e serviços	118.876	0	0	118.876	179.568	34.156	0	332.600
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	15.757	0	0	15.757	0	0	0	15.757
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	185.232	41.689	0	226.921	25.390	13.028	0	265.338
13. Transferências / Doações	448	0	0	448	73.931	179.954	-254.331	2
14. Outras receitas	154.570	13.515	-11.225	156.859	32.388	31.780	-21.428	199.599
1411. Juros	81.081	12.827	-11.225	82.683	5.742	12.177	-21.428	79.174
14x. Demais	73.489	687	0	74.177	26.646	19.603	0	120.425

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP.

(2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 5 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 2022/2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2022.II	2023.II	Diferença	Var. %
1. Receita	1.085.987	1.094.680	8.694	0,80%
11. Impostos	614.800	629.741	14.941	2,43%
12. Contribuições sociais	243.476	265.338	21.862	8,98%
13. Transferências / Doações	6	2	-5	-75,45%
14. Outras receitas	227.704	199.599	-28.104	-12,34%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

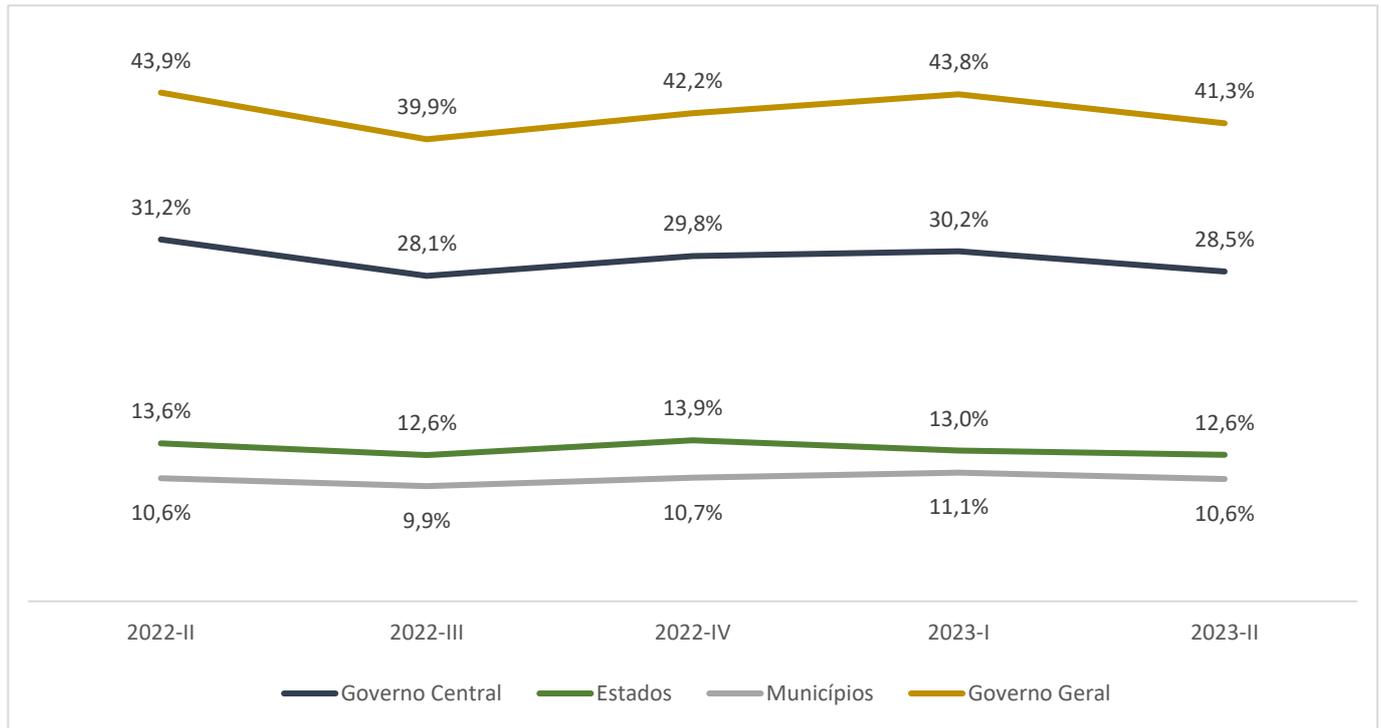
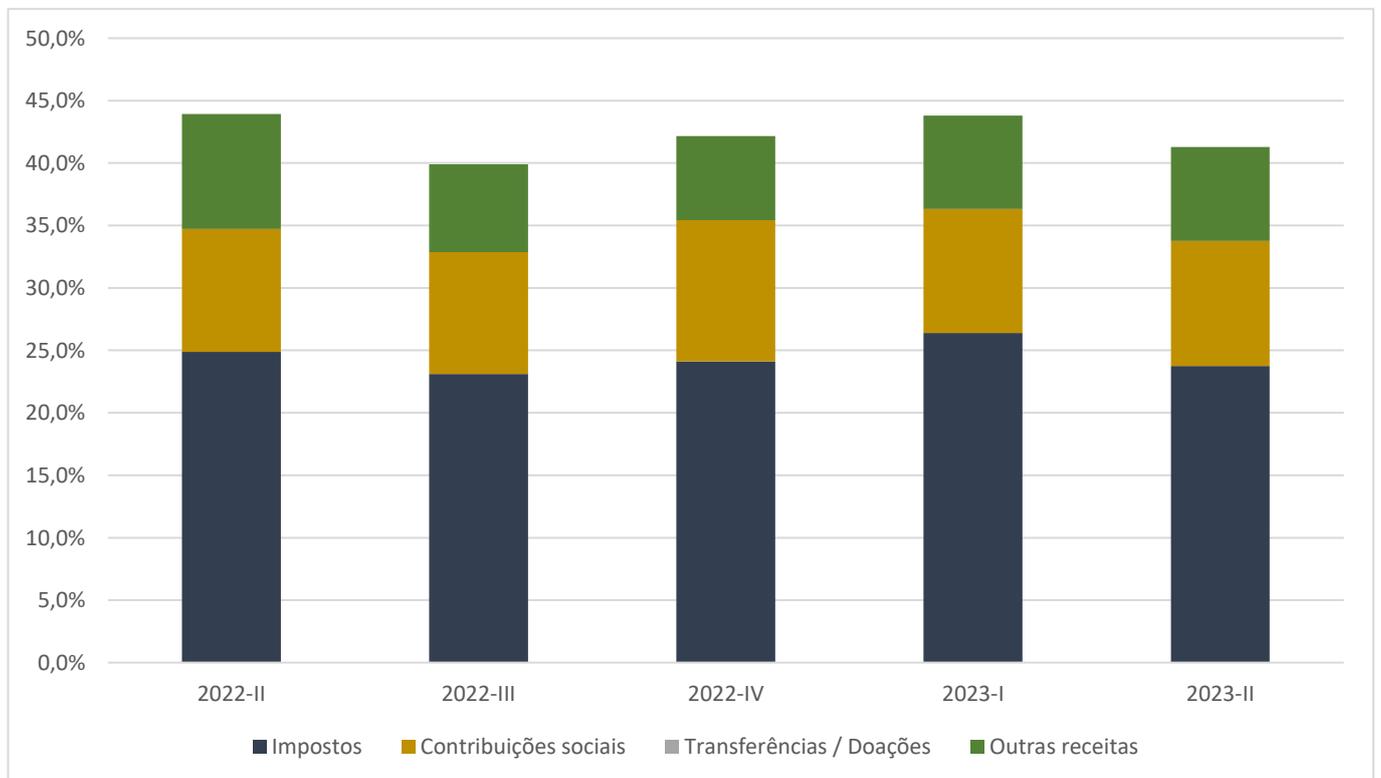


Gráfico 4 - Composição da receita do Governo Geral - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 2º Trimestre de 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	940.516	44.952	-11.225	974.242	345.194	269.997	-275.759	1.313.674
2. Gasto	948.177	44.952	-11.225	981.904	342.586	261.932	-275.759	1.310.662
21. Remuneração de empregados	90.155	0	0	90.155	109.877	115.543	0	315.574
22. Uso de bens e serviços	17.639	743	0	18.382	44.964	84.396	0	147.742
23. Consumo de capital fixo	11.409	0	0	11.409	15.075	14.769	0	41.254
24. Juros	207.560	8.619	-11.225	204.953	27.635	2.136	-21.428	213.296
25. Subsídios	3.782	0	0	3.782	782	1.929	0	6.493
26. Transferências / Doações	192.021	0	0	192.021	62.019	1.286	-254.331	994
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	412.288	35.590	0	447.879	63.520	19.976	0	531.374
28. Outros gastos	13.323	0	0	13.323	18.714	21.897	0	53.935
31. Investimento líquido³	-7.662	0	0	-7.662	2.609	8.065	0	3.012
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	7.033	0	0	7.033	17.776	23.466	0	48.275
31.2. Venda de ativos não financeiros	3.286	0	0	3.286	92	632	0	4.010
31.3. Consumo de capital fixo	11.409	0	0	11.409	15.075	14.769	0	41.254

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP.

(2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

(3) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde a aquisição menos a venda menos o consumo de capital fixo. (31 = 31.1 - 31.2 - 31.3)

Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 2022/2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2022.II	2023.II	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	1.187.852	1.313.674	125.822	10,59%
2. Gasto	1.184.978	1.310.662	125.684	10,61%
21. Remuneração de empregados	283.462	315.574	32.112	11,33%
22. Uso de bens e serviços	136.818	147.742	10.924	7,98%
23. Consumo de capital fixo	38.852	41.254	2.401	6,18%
24. Juros	222.733	213.296	-9.437	-4,24%
25. Subsídios	5.753	6.493	740	12,86%
26. Transferências / Doações	345	994	649	188,22%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	446.046	531.374	85.328	19,13%
28. Outros gastos	50.968	53.935	2.967	5,82%
31. Investimento líquido	2.874	3.012	137	4,78%
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	43.666	48.275	4.609	10,55%
31.2. Venda de ativos não financeiros	1.939	4.010	2.070	106,76%
31.3. Consumo de capital fixo	38.852	41.254	2.401	6,18%

Gráfico 5 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

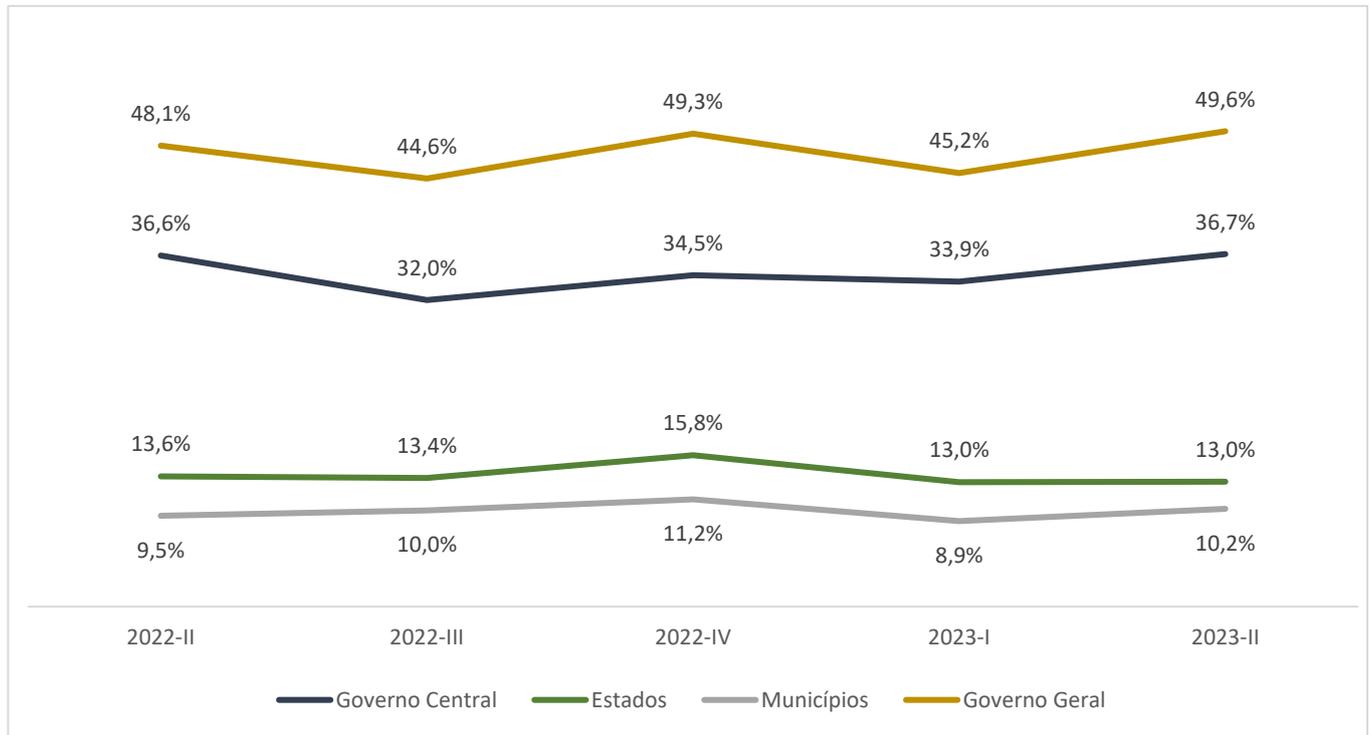


Gráfico 6 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

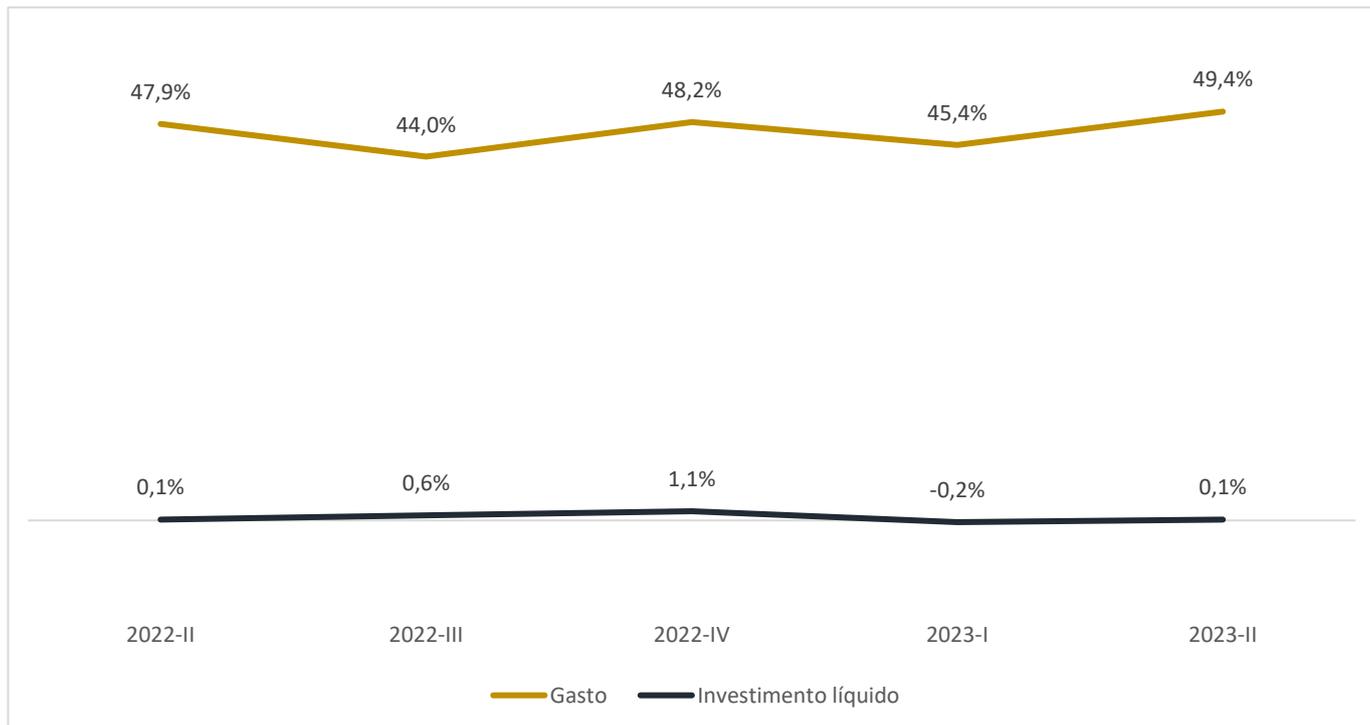


Gráfico 7 - Composição do gasto do Governo Geral - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

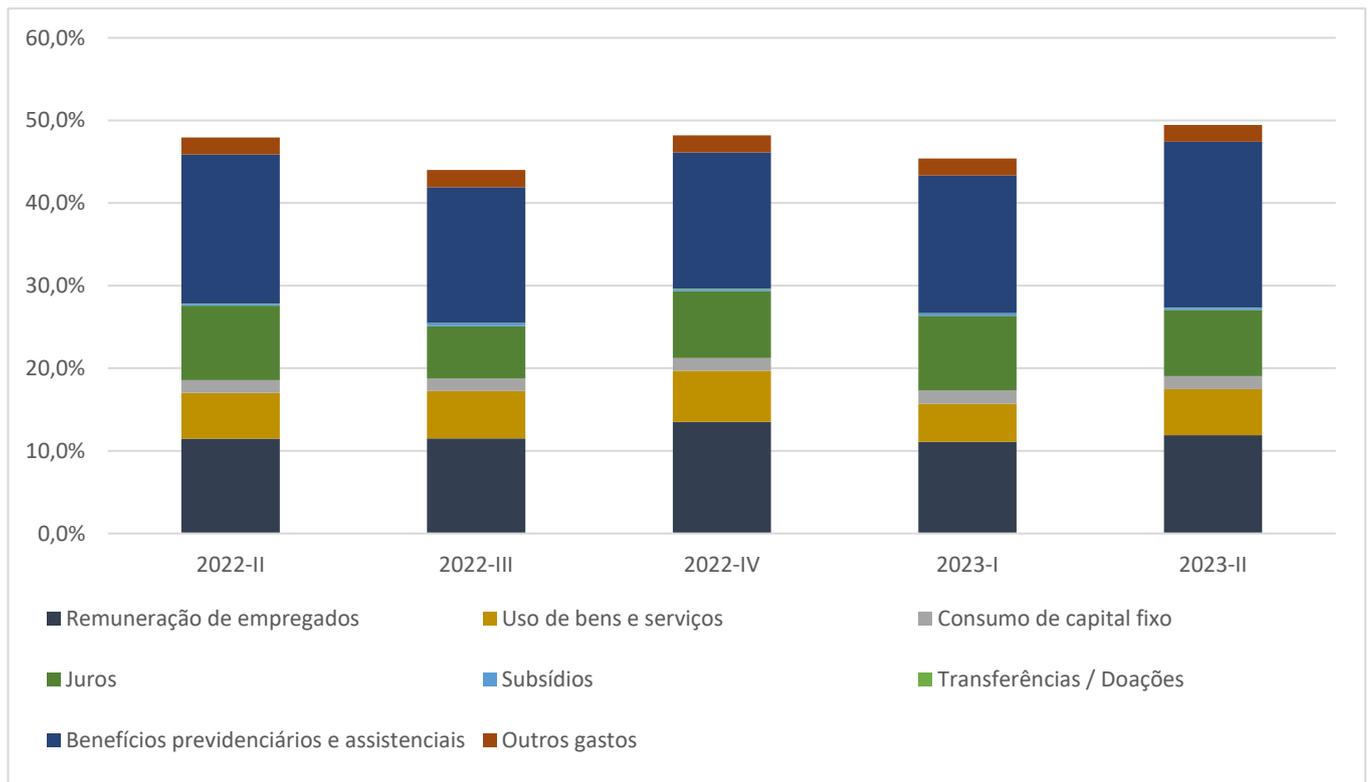


Gráfico 8 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2022/2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

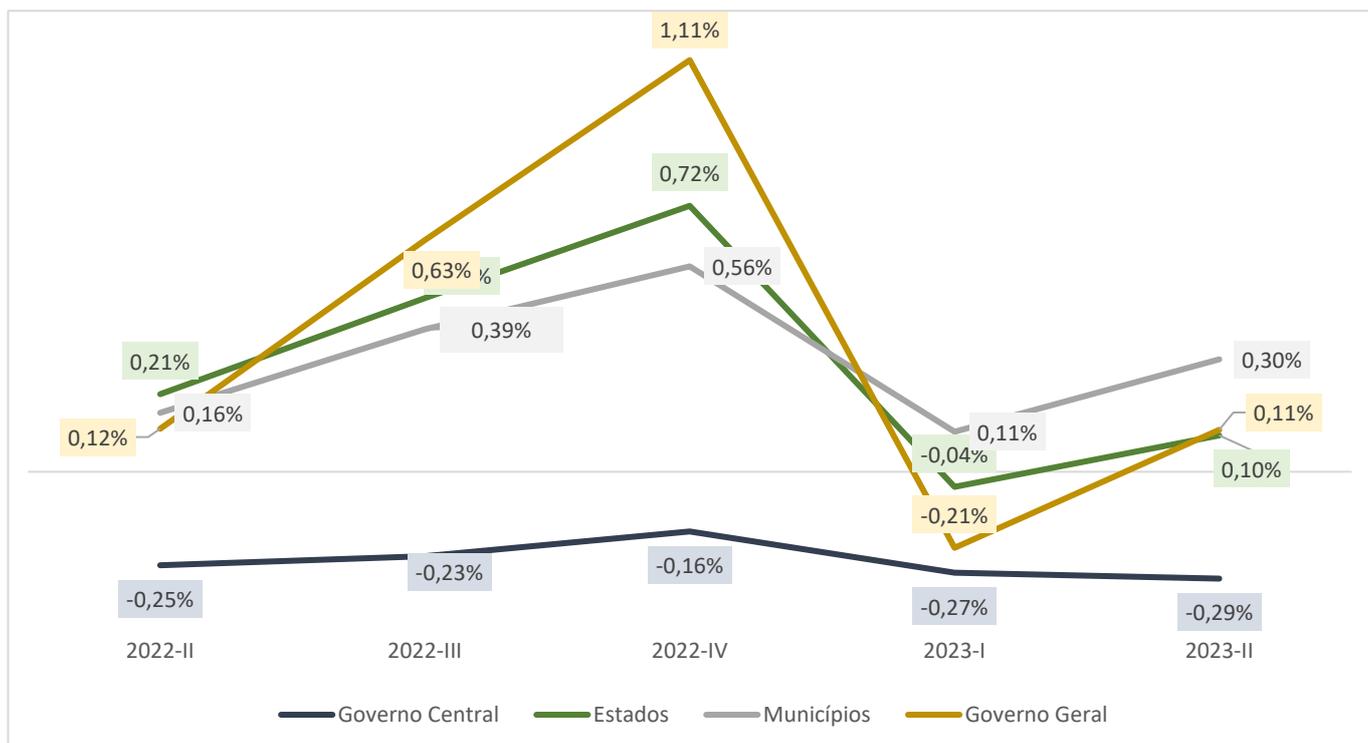
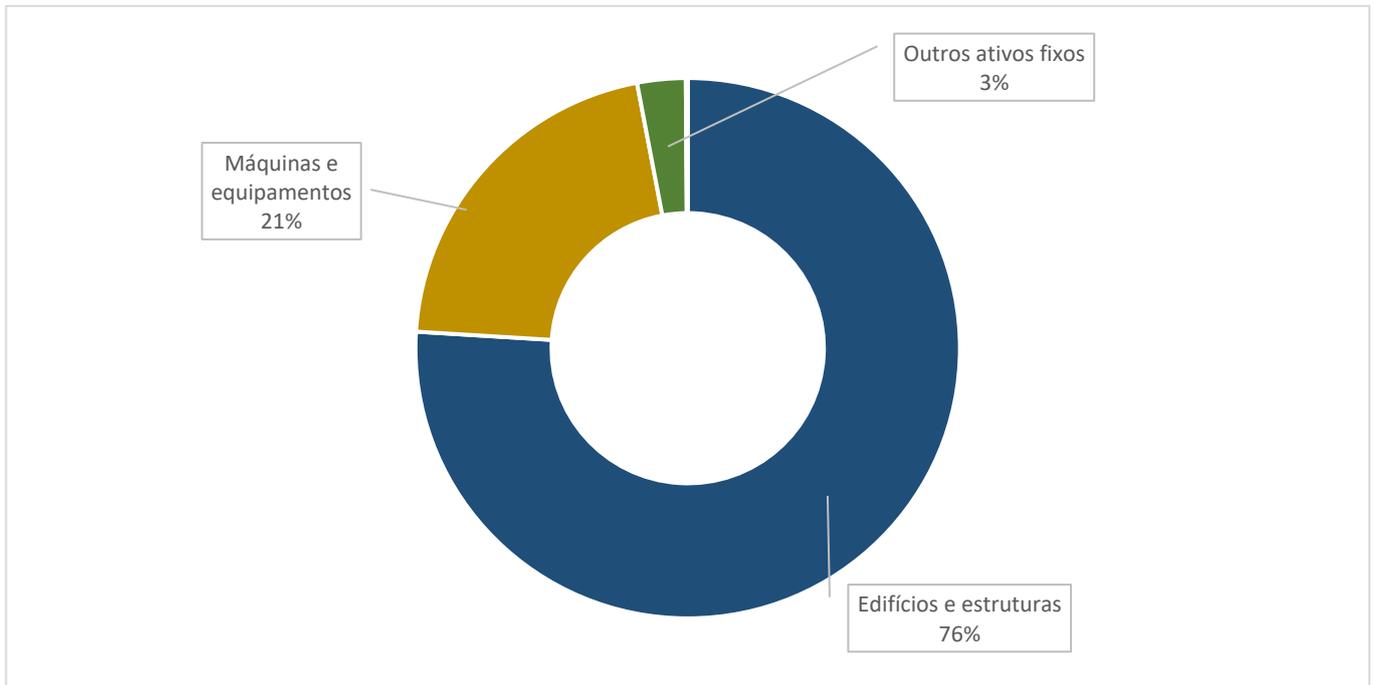


Gráfico 9 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral – 2º Trimestre de 2023
 Dados em: % Total
 Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

2. Notas Metodológicas

Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de finanças públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do Governo Geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional Governo Geral que compreende todas as unidades de governo (Central, Estaduais e Municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O Governo Central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do Governo Central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana, cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o Governo Central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que, conforme critério definido para o subsetor Governo Central, também são agregados aos respectivos entes.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do Governo Central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do Governo Central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. A partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis, que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de Fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

A partir de 2022, os dados utilizados para os governos municipais também passaram a ser extraídos da Matriz de Saldos Contábeis. Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as

apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados. Essa metodologia foi aplicada até 2018 para Estados e até 2021 para Municípios, quando passaram a ser utilizados os dados da Matriz de Saldos Contábeis, que possui periodicidade mensal.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP. No que se refere às informações de juros do Governo Central Orçamentário, destaca-se que até 2019 inclui os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do Tesouro Nacional.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do Governo Geral e as contribuições sociais imputadas para o Governo Central foram calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de Governo Geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de Governo Central, estados e municípios de modo a gerar dados de Governo Geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor

incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor Governo Geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do Governo Central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do Governo Central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do Governo Central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a serem entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014 que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na Nota Metodológica nº 1 - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral disponível no site do Tesouro Nacional em:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o

cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>